



Câmara Municipal de São José do Barreiro

RUA TENENTE MAGALHÃES, 109
ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº. 552/89

(PROJETO DE LEI nº.321 de 28/9/89)

"ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO BARREIRO -SP- PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1.990 E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS CORRELATAS".

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO BARREIRO, d e c r e t a:

ARTIGO 1º - O Orçamento Geral do Município de São José do Barreiro, Estado de São Paulo, para o exercício financeiro de 1990 (mil novecentos e noventa), ESTIMA a Receita e, FIXA a Despesa, em NCZ\$12.045.000,00 (doze milhões e quarenta e cinco mil cruzados novos), discriminados pelos anexos integrantes desta Lei.

ARTIGO 2º - A Receita será realizada mediante arrecadação dos tributos, rendas e outras receitas correntes e, de capital, na forma da Legislação em vigor e, das especificações constantes do Anexo 2, da Lei 4320 de 17 de março de 1964, com o seguinte desdobramento:

1.RECEITAS CORRENTES	NCZ\$8.395.000,00
1.1.Receita Tributaria	NCZ\$1.731.000,00
1.2.Receitas Patrimonial	NCZ\$ 428.000,00
1.3.Receita Industrial	NCZ\$ 25.000,00
1.4.Transferencias Correntes	NCZ\$6.128.000,00
1.5.Outras Receitas Correntes	NCZ\$ 83.000,00
2.RECEITAS DE CAPITAL	NCZ\$3.650.000,00
2.1.Alienação de bens	NCZ\$ 100.000,00
2.2.Transferencia de Capital	NCZ\$3.550.000,00
	<u>NCZ\$12.045.000,00</u>

ARTIGO 3º - A Despesa será realizada segundo a discriminação dos quadros "Programas de Trabalho", "Natureza da Despesa", "Funções de Governo", "Categorias Economicas" e "Órgãos da administração", que apresentam o seguinte desdobramento:

I - Por Funções de Governo

01 - Legislativa	NCZ\$ 282.700,00
03 - Administração e Planejamento	NCZ\$ 975.000,00
04 - Agricultura	NCZ\$ 445.000,00
08 - Educação e Cultura	NCZ\$ 3.838.000,00
10 - Habitação e Urbanismo	NCZ\$ 1.926.000,00
11 - Industria Comercio e Serviços	NCZ\$ 120.000,00



Câmara Municipal de São José do Barreiro

RUA TENENTE MAGALHÃES, 109
ESTADO DE SÃO PAULO

contin.....

13 - Saúde & Saneamento	Ncz\$ 2.180.000,00
14 - T R A B A L H O	Ncz\$ 35.000,00
15 - Assistência e Previdência	Ncz\$ 383.300,00
16 - Transporte	Ncz\$ 1.860.000,00

II - PROGRAMAS

01 - Processo Legislativo	Ncz\$ 282.700,00
07 - Administração	Ncz\$ 705.000,00
08 - Administração Financeira	Ncz\$ 270.000,00
16 - Abastecimento	Ncz\$ 325.000,00
18 - Promoção e Extensão Rural	Ncz\$ 120.000,00
22 - Telecomunicações	Ncz\$ 55.000,00
41 - Educação da Criança de 0 a 6 anos	Ncz\$ 109.000,00
42 - Ensino Fundamental	Ncz\$ 2.903.000,00
46 - Educação Física e Desportes	Ncz\$ 336.000,00
48 - Cultura	Ncz\$ 455.000,00
57 - Habitação	Ncz\$ 120.000,00
58 - Urbanismo	Ncz\$ 520.000,00
60 - Serviços de Utilidade Pública	Ncz\$ 1.286.000,00
62 - Indústria	Ncz\$ 120.000,00
75 - Saúde	Ncz\$ 1.510.000,00
76 - Saneamento	Ncz\$ 670.000,00
80 - Relações do Trabalho	Ncz\$ 35.000,00
30 - Segurança Pública	Ncz\$ 50.000,00
81 - Assistência	Ncz\$ 145.000,00
82 - Previdência	Ncz\$ 88.300,00
83 - P A S E F	Ncz\$ 100.000,00
88 - Transporte Rodoviário	Ncz\$ 1.860.000,00

III - POR CATEGORIAS ECONOMICAS

3000.- Despesas Correntes	Ncz\$ 8.271.000,00
4000.- Despesas de Capital	Ncz\$ 3.774.000,00
	<u>Ncz\$ 12.045.000,00</u>

IV - POR ORGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

Poder Legislativo

1 - Câmara Municipal	Ncz\$ 283.000,00
----------------------	------------------

Poder Executivo

2 - Chefia do Executivo	Ncz\$ 715.000,00
3 - Finanças	Ncz\$ 270.000,00
4 - Administração	Ncz\$ 135.000,00
5 - Educação Cultura Desporto Turismo	Ncz\$ 3.838.000,00



cont.

Câmara Municipal de São José do Barreiro⁰³

RUA TENENTE MAGALHÃES, 109
ESTADO DE SÃO PAULO

6 - Saúde	NCzS 1.510.000,00
7 - Serviços Municipais	NCzS 7.295.000,00
	<u>NCzS 12.045.000,00</u>

ARTIGO 42 - O Poder Executivo é autorizado a:

- realizar operações de Crédito por antecipação da receita até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) da Receita Estimada, nos termos da Legislação em vigor.
- abrir Créditos Adicionais Suplementares, até o limite e, nos termos da Lei Federal nº 4320 de 17 de março de 1964, inciso I, art.
- promover medidas necessárias para ajustar os dispêndios ao efetivo comportamento da receita.

ARTIGO 52 - Esta Lei entrará em vigor a partir de 1º de Janeiro de 1.990 (primeiro de janeiro de mil novecentos e noventa).

ARTIGO 62 - Revogam-se as disposições em contrário.

SALA DA CÂMARA MUNICIPAL, 27 de Novembro de 1989

Ver. Oscar Maia Nóbrega
PRESIDENTE DA CÂMARA